



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

A Crise na Venezuela: uma saída negociada para onde?

Marco Cepik (14/09/2017)

Contra os prognósticos de colapso iminente desde que foi eleito em 2013, o governo Maduro voltou a reagir nas últimas semanas. Quanta força adquiriu, por quanto tempo ou se isso é positivo ou negativo são questões polêmicas. Antes de discutirmos as consequências da crise na República Bolivariana da Venezuela para a República Federativa do Brasil, é importante entender os desdobramentos políticos, diplomáticos e econômicos mais recentes no país vizinho.

Em termos políticos, a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) eleita em 30 de julho se fortaleceu relativamente desde a sua instalação em 04 de agosto. Como se sabe, a eleição foi boicotada pela oposição representada pela Mesa de Unidad Democrática (MUD). Também foi muito criticada pela União Européia, MERCOSUL, Organização dos Estados Americanos (OEA) e diversos governos nacionais. Uma vez eleita a ANC, diversos países afirmaram não reconhecer o resultado, enquanto Argentina, Colômbia, França, Peru e Estados Unidos proclamaram oficialmente o governo venezuelano como sendo uma ditadura. Porém, se a eleição dificilmente mobilizou os 8,1 milhões de votantes (41,53%) que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela anunciou, tampouco foram apenas 2,5 milhões como disse a oposição. Com o boicote da oposição, o Gran Polo Patriótico (GPP), que formalmente agrupa 35.000 “movimentos e coletivos” e é liderado pelo Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), elegeu quase todos os 545 membros da Assembléia.

Logo depois de empossada, a ANC presidida pela ex-chanceler Delcy Rodríguez cassou a Procuradora Geral (*Fiscal General*) Luisa Ortega Díaz e nomeou Tarek William Saab para o cargo. Como este cargo pertence a um poder separado segundo a Constituição da Venezuela de 1999 (o Poder Ciudadano, formado pelo Fiscal General, pelo Defensor del Pueblo e pelo Contrator General), a ANC invocou



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

a si como o poder supremo da nação, nos mesmos termos que a Constituinte de 1999. Com base nesta proclamação, no dia 19 de agosto a ANC destituiu os poderes legislativos da Assembléia Nacional de maioria oposicionista, eleita em 2015 em pleito com comparecimento acima de 74% do eleitorado. Apesar da oposição ameaçar com novas manifestações na escala observada até julho, que resultaram em mais de 120 mortos, três fatores internos reduziram sua viabilidade. Em primeiro lugar a própria instalação da ANC e as expectativas que ela cria junto a uma parte do eleitorado. Em segundo lugar, a repressão ao mesmo tempo mais ostensiva e seletiva, amparada pelo sistema judicial e legitimada em nome do combate contra a corrupção e a sabotagem, o que neutralizou importantes opositores, dissidentes e, possivelmente, elementos extremistas como os envolvidos no polêmico ataque contra a base militar de Paracamay no começo de agosto. O terceiro e mais decisivo fator é a divisão sobre o que fazer entre os oposicionistas da MUD, uma vez que não conseguiram derrubar o presidente Maduro em julho.

No dia 12 de setembro, o CNE definiu que as eleições regionais para eleger governadores ocorrerão no dia 15 de outubro. Em meio a dissensos internos sobre participar ou não do pleito, a MUD realizou eleições primárias com a participação de cerca de 900 mil eleitores ligados aos partidos que compõem a Mesa. Apurados os resultados em 13 circunscrições, a Acción Democrática (AD) venceu em 08 delas, enquanto o partido Voluntad Popular (VP), do opositor Leopoldo López que se encontra em prisão domiciliar, não venceu em nenhuma circunscrição (<https://goo.gl/rX1AKn>). As candidaturas da MUD ainda precisam ser habilitadas pela ANC, que já anunciou que não permitirá candidaturas que tenham “promovido a violência” nos protestos de maio a julho. Este seria o caso, por exemplo, de Juan Pablo Guanipa, candidato a governador em Zulia pelo partido Primero Justicia, liderado por Enrique Capriles.

Por sua vez, o isolamento diplomático da Venezuela foi atenuado por causa da ameaça de intervenção militar feita pelo presidente Trump no dia 12 de agosto (goo.gl/vfyt3X). Até então, mesmo governos de centro-esquerda na região, como os do Chile e do Uruguai, vinham se distanciando de Maduro. Com base na violação da



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

cláusula democrática, a Venezuela fora suspensa do MERCOSUL. Mas a combinação de duras sanções financeiras norte-americanas contra a PDVSA, mais a retórica intervencionista de Trump, reiterada pelo vice-presidente Pence em Bogotá no dia 25 de agosto, fez recuarem mesmo os governos mais anti-chavistas da região (incluindo Macri na Argentina e Kuczynski no Peru). Na América Latina é insustentável politicamente alinhar-se com o tipo de agenda e retórica encarnadas por Trump. Nas últimas semanas, o Papa Francisco, os governos da Rússia e da China, a UNASUL (União de Nações Sul Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados da América Latina e Caribe) emitiram declarações em favor de uma saída negociada para a crise venezuelana. Mesmo a acusação de possíveis “crimes contra a humanidade” que teriam sido cometidos pelo governo Maduro durante a repressão aos protestos, feita recentemente pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC), foi uma notícia em parte neutralizada pelo retorno do ex-primeiro ministro espanhol José Luis Rodriguez Zapatero como mediador para negociações entre governo e oposição. No campo bolivariano, a visita de Evo Morales a Caracas para participar de uma “cúpula solidária de movimentos sociais em defesa do governo Maduro” antes de ir a Nova York para a Assembléia Geral da ONU, indica que os 11 países da ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos), incluindo Cuba, seguem coesos apoiando a Venezuela.

Em termos econômicos, o governo Maduro tenta reagir no contexto das novas sanções financeiras norte-americanas. Primeiro, há significativa oposição interna nos Estados Unidos às sanções anunciadas, tanto por razões econômicas (em 2013 os Estados Unidos representavam mais de 39% das exportações venezuelanas e mais de 31% das importações) quanto políticas (Rússia e China se tornarem os garantidores em última instância das capacidades de pagamento). Além disso, no dia 08 de setembro o presidente venezuelano anunciou diante da ANC um pacote de medidas para o problema do abastecimento de bens de consumo populares e de medicamentos e insumos hospitalares. Dentre elas estão a reabertura de casas de câmbio e controles de preços vigiados por equipes do governo e do Ministério Público. Porém, o governo baseia seu discurso em duas premissas. A primeira é de que a



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

crise de abastecimento decorre principalmente de um massivo *lockout* empresarial e de sabotagem econômica. E a segunda é de que a inflação e o mercado negro podem ser reduzidos significativamente com a adoção de uma cesta de moedas que evite a dolarização de facto e com alguma recuperação dos preços do petróleo acima de 55 dólares o barril. Caso uma ou ambas as premissas estejam erradas, as medidas propostas podem agravar mais a situação.

De todo modo, a situação econômica segue gravíssima. Segundo dados da Encuesta sobre Condiciones de Vida en Venezuela (ENCOVI), realizada pelas universidades Central de Venezuela (UCV), Católica Andrés Bello (UCAB) e Simón Bolívar (USB) junto a uma amostra de 6.500 famílias, em 2016 o percentual de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza teria subido para 81,77% (<https://goo.gl/Dk8eWA>). Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (<https://goo.gl/UDKdKz>), a inflação pode chegar a 720,5% e o PIB pode ter queda de -14% em 2017. Se a situação política e econômica piorar, os atuais volumes de refugiados e emigrantes venezuelanos na Colômbia (300.000) Trinidad e Tobago (40.000) e Brasil (30.000) poderão aumentar muito, regionalizando de fato as implicações do impasse interno (<https://goo.gl/2JhaXx>).

Até aqui predominava a percepção entre os analistas de que uma transição de regime negociada seria inviável, sendo os desdobramentos mais temidos uma eventual guerra civil ou ditadura militar. Desde a tentativa de golpe em 2002, a oposição venezuelana vem tentando sem sucesso e por todos os meios derrotar o regime chavista. Desde 2014, o governo Maduro vem conseguindo sobreviver alterando significativamente as bases institucionais da própria constituição bolivariana. Se, por um lado, a instalação da ANC simboliza a retomada de iniciativa por parte do governo, por outro lado ela reabre para todos os atores uma questão fundamental a respeito da direção da mudança: constituição de qual regime político e econômico?

Sugestão de Leitura:

STANLEY & CRIES (2017). Policy Memo: Respuestas Regionales a la Crisis em Venezuela. Disponível em: <https://goo.gl/16pavw>. Acesso em 12/09/2017.